



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOÇAMBIQUE
FACULDADE DE DIREITO

PRIMEIRA CONFERÊNCIA SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O DIREITO

Cidade de Nampula, 18 de Setembro de 2024

LEMA:

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) E O DIREITO:

Questões éticas, e sociais

TERMOS DE REFERÊNCIA

I. Fundamentação

A Inteligência Artificial (IA) tem emergido como uma força transformadora em diversas indústrias, revolucionando a forma como as tarefas são realizadas, as decisões são tomadas e as informações são analisadas. No campo jurídico, que historicamente depende da expertise humana e de extensa pesquisa manual, estamos testemunhando a influência disruptiva dessa tecnologia.



O potencial da IA para aprimorar a pesquisa jurídica e a análise de casos tem aberto novas possibilidades e levantado importantes questionamentos sobre o futuro da profissão.

A pesquisa jurídica e a análise de casos são componentes essenciais do processo jurídico. Eles exigem uma análise minuciosa de precedentes, estatutos, regulamentos e jurisprudência para embasar argumentos e tomar decisões informadas.

Tradicionalmente, os profissionais do Direito e não só, investem considerável tempo e esforço na busca de informações relevantes em meio a um vasto volume de dados, com o intuito de identificar fontes pertinentes e extrair *insights* significativos.

A chegada da IA – especialmente com a IA generativa, como o ChatGPT – trouxe uma gama de ferramentas e algoritmos poderosos capazes de sistematizar e simplificar vários aspectos da pesquisa jurídica e da análise de casos.

No ensino superior e na investigação científica, essas ferramentas são amplamente utilizadas para analisar dados, automatizar processos e personalizar o aprendizado, enquanto levantam questões jurídicas e éticas sobre propriedade intelectual e práticas de pesquisa. Além disso, a IA afeta significativamente os âmbitos social, económico e político, potencialmente reduzindo ou ampliando desigualdades, transformando mercados de trabalho e influenciando políticas governamentais. Esta tecnologia também desempenha um papel crucial na abordagem das mudanças climáticas, fornecendo soluções para monitoramento ambiental e otimização de recursos energéticos.

Nesse passo, nota-se que as tecnologias de IA oferecem inúmeros benefícios potenciais para a pesquisa jurídica e para a análise de casos, pois podem aprimorar a velocidade e a precisão na obtenção de informações, podem automatizar a análise e categorização de documentos e, além disso, podem ajudar a identificar princípios jurídicos relevantes com maior eficácia. Também é importante pontuar que algoritmos podem descobrir padrões e correlações ocultas nos dados, facilitando análises preditivas e auxiliando na previsão de resultados de casos. Esses avanços prometem transformar a

eficiência, a relação custo-benefício e a qualidade geral dos serviços jurídicos.

A adoção da IA está mudando o papel dos profissionais da ciência jurídica. Enquanto automatiza tarefas rotineiras, como pesquisa jurídica e revisão de documentos, os profissionais podem concentrar seu trabalho em tarefas de alto nível, como tomada de decisões estratégicas, análises complexas e, como dito, aproveitamento de sua expertise em áreas que exigem julgamento humano, ética e criatividade.

Quando pensamos no uso da IA pelos diversos atores da ciência jurídica, podemos ponderar sobre seu uso para agilizar a pesquisa, para a revisão de documentos e para a análise de contratos. Os magistrados, por sua vez, podem se beneficiar da IA ao encontrar casos semelhantes e auxiliar na tomada de decisões. Os pesquisadores (e consultores) jurídicos, por seu turno, podem fazer pesquisas de forma mais rápida e encontrar regras jurídicas importantes. Esses são apenas alguns exemplos dos usos, dado que cada cenário poderá se beneficiar de acordo com suas atividades.

No entanto, é importante ressaltar que o uso da IA pode alterar a forma como as pessoas desempenham suas funções. No entanto, é de extrema importância considerar a legalidade e a ética e garantir que a IA seja utilizada de maneira justa e responsável.

Linhas de investigação

- 1- A REGULAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL;
- 2- A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS;
- 3- A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL DEGENERATIVA NO DIREITO;
- 4- APLICAÇÕES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS PROFISSÕES JURÍDICAS;
- 5- FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS ÉTICOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL;
- 6- OS DIREITOS AUTORAIS E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.

I. Objectivos

Com a realização da conferência, a Faculdade de Direito da UCM pretende proporcionar um ambiente propício para o debate científico/académico onde se privilegie a triangulação de vários olhares disciplinares em torno do lema. Neste contexto, os objectivos da conferencia são:

a. Geral

Proporcionar um ambiente académico/científico para o *networking*, debate e troca de experiências entre os profissionais de carreiras jurídicas, engenheiros informáticos e demais profissionais sobre a temática.

Específicos

- a) Partilhar experiências sobre a implementação da inteligência artificial no Direito e sociedade;
- b) Discutir o impacto jurídico, social, económico, político, cultural e climáticos da inteligência artificial;
- c) Reflectir sobre as questões éticas e legais na implementação da inteligência artificial;
- d) Reflectir sobre a necessidade da regulamentação da inteligência artificial em Moçambique.
- e) Averiguar o impacto da Inteligência artificial na Investigação científica, ensino superior e educação.

II. Modalidade

Para permitir a participação de oradores e outros interessados de forma inclusiva e abrangente, a conferência vai decorrer na modalidade **híbrida: presencial e online**.

A **modalidade presencial** vai consistir na reunião, na Cidade de Nampula, de docentes e investigadores para publicamente proceder à apresentação dos resultados das suas investigações científicas sobre o lema.



A modalidade **online** visa acolher os participantes nacionais e estrangeiros que não poderão estar fisicamente presentes no evento.

III. Procedimentos e prazos

As inscrições decorrem até o dia 3 de Julho de 2024, na modalidade online através do Link: **TINY.CC/IAFADIR**

O processo de submissão dos resumos deverá seguir os seguintes procedimentos:

- a) **Resumos** - os resumos deverão ser submetidos até **25 de Julho de 2024** pelo e-mail: conferenciafadir@ucm.ac.mz.
- b) Os resultados dos resumos aprovados serão publicados até o dia 30 de Julho de 2024.
- c) **Artigos Científicos** - Os Artigos científicos deverão ser enviados até **25 de Agosto de 2024**, através do email: conferenciafadir@ucm.ac.mz

IV. Formatação do artigo

Para publicação no Livro de Actas da conferência, as comunicações deverão assumir o formato e rigor de artigo científico, obedecendo ao seguinte:

Título

Autoria (filiação institucional)

Resumo e Abstract (máximo 350 palavras em texto corrido). O resumo deve ter a seguinte estrutura: (i) Nota Introdutória, onde deve constar a questão de partida, os objectivos e a relevância da investigação, (ii) metodologia, devendo incluir os procedimentos básicos (desenho, participantes/selecção da amostra ou de casos, métodos e técnicas de recolha e análise de dados), (iii) discussão dos resultados (mostrando evidências estatísticas e/ou empíricas) e



(iv) conclusões e sugestões.

Tamanho de letra 10, em Times New Roman ou Calibri e espaçamento simples.

Palavras-chave (máximo 5)

Parte introdutória

A partir daqui deverá usar tamanho de letra 12, espaçamento entre linhas de 1.5 e alinhamento do texto justificado a esquerda e a direita, com o tipo de letra indicada anteriormente. Esta parte não tem quaisquer subtítulos, devendo apresentar o objeto do estudo, pertinência e relevância, aspectos mais relevantes e partes constituintes do artigo.

Estado da arte

Revisão da literatura mais relevante sobre o tema do estudo e que contribui para a leitura e interpretação dos dados obtidos com a investigação realizada, devidamente citada.

Metodologia

Descrição pormenorizada do trabalho de campo (caracterização do objeto, sujeitos de investigação, tempos e procedimentos).

Apresentação e discussão dos resultados

Considerações Finais (Conclusões e Sugestões)

Referências bibliográficas

Nota Importante:

- O artigo científico deve ser elaborado de acordo com as normas APA 6ª. Edição ou de acordo com o manual de elaboração de trabalhos científicos da FADIR;
- Os melhores artigos poderão ser publicados na Revista número 1 da Faculdade de Direito, se tiverem o nível científico necessário;
- Os artigos deverão ter entre 8 á 15 páginas;



- A participação dos conferencistas é gratuita e com direito a certificado.

V. Comissão Científica do Conferência

Prof. Doutor Zacarias Filipe Zinocacassa (Director da Faculdade de Direito);

Prof. Catedrático, Doutor Jorge Bacelar Gouveia (Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa);

Prof. Doutor Neucilto Chapila (Director Adjunto Pedagógico da Faculdade de Direito);

Prof. Doutor Barbosa Moraes (Faculdade de Direito da Universidade Rovuma)

Prof. Doutor Gil Xavier Jr (Coordenador do Curso de Direito da Faculdade de Direito);

Prof. Doutora Clara José Macovela (Coordenadora Dos programas de Pós-Graduação da Faculdade de Direito);

Prof. Doutor Hamilton Serra de Carvalho (Professor Auxiliar da Faculdade de Direito);

Prof. Doutor Gilberto Bogaio Constantino (Professor Auxiliar da Faculdade de Direito);

Prof. Doutora Nilza Ikbal (Docente do Curso de Tecnologias de Informação);

Mestre Farci Anibal (Coordenador do Departamento de Investigação da Faculdade de Direito);

Mestre Olvanio Mutiniua (Coordenador da Extensão Universitária da Faculdade de Direito).

Mestre Will Moraes (Coordenador do Curso de Tecnologias de Informação e Comunicação);

Mestre Hermenegildo Carlos (Docente de Tecnologias de Informação e Comunicação)



VI. Comissão Organizadora

Mestre Farci Anibal (Coordenador do Departamento de Investigação da Faculdade de Direito e Presidente da Comissão);

Prof. Doutor Neucilto Chapila (Director Adjunto Pedagógico da Faculdade de Direito);

Prof. Doutor Gil Xavier Jr (Coordenador do Curso de Direito da Faculdade de Direito);

Mestre Olvanio Mutiniua (Coordenador da Extensão Universitária da Faculdade de Direito);

Mestre Mutela Supinho (Docente de Direito);

Mestre Willy Morais (Coordenador do Curso de Tecnologias de Informação e comunicação)

Mestre Hermenegildo Carlos (Docente de Tecnologias de Informação e Comunicação)

Eng. Carlitos Mesquita (Coordenador do ICT)

Mestre Aboo Ligorio (Relações Publicas);

Nampula, 03 e Junho de 2024

O Director da Faculdade de Direito

/Professor Doutor Zacarias Filipe Zinocassa/